



Artigo
Article

Espaço público como princípio: considerações sobre a esfera pública e o espaço urbano

Public space as a principle: considerations on the public sphere and urban space

Rossana Cristina Honorato de Oliveira¹

RESUMO: Este estudo ancorou-se em análises sobre a esfera pública e o espaço urbano através do pensamento de diversos autores, tais como Habermas, talvez o primeiro a protagonizar a fundamentação original do conceito da esfera pública. Nela se afirma um debate sobre o Estado de bem-estar social e o papel do Estado de prover a vida e o patrimônio públicos. Com conotações diversas atribuídas ao termo “público”, elas remetem a concepções por vezes voláteis, que, quando muito, tangenciam a multiplicidade de significados que podem incorrer em empregos inespecíficos da palavra. Ao associar a palavra ao espaço físico é igualmente notável uma variabilidade que decerto justifica a imprecisão do emprego no cotidiano. Muitos pesquisadores recorrem à expressão como aquela que se projeta no tempo e no espaço com as nomenclaturas com que se fizeram as formas que configuraram o espaço público. Sua espacialização, a destinação a funções específicas, os usufrutos notórios na história até o reconhecimento contemporâneo como redes de espaços abertos, sistemas de espaços livres de circulação na estrutura da cidade, constituiriam tipos de manifestação que dão forma às cidades: o estar, ativo ou passivo, os deslocamentos, espontâneo ou compulsório, de pessoas a pé ou em veículos, o lazer, as práticas humanas nos espaços

¹ Rossana Cristina Honorato de Oliveira é professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB – desde 2005. É arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Federal da Paraíba (1988). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1999) e Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). É autora dos livros: Se essa cidade fosse minha: a experiência urbana na perspectiva dos produtores de cultura de João Pessoa e A cidade entrevista, ambos publicados pela Editora da Universidade Federal da Paraíba, em 1999.

abertos etc. Condições que habilitam o reconhecimento do espaço público urbano como lugar de aprendizagem da tolerância, esfera essencial da coabitação e do respeito perante o outro, ainda que pela sucessão de desafinações e embates diversos. **Palavras-chave:** esfera pública; espaço público; espaço urbano; cidade.

ABSTRACT: This study anchored on analysis about the public sphere and urban space through the thinking of various authors such as Habermas, possibly the first to feature the original rationale of the public sphere concept. In it, a debate is stated about the social welfare state and the role of the State in providing public life and property. With diverse connotations attributed to the term "public", they refer to often volatile conceptions that, at best, touch on the multiplicity of meanings that may incur in unspecific employments of the word. Upon associating the word to the physical space, the variability that certainly justifies the imprecision of its employment in everyday life is equally notable. Many researchers resort to the expression as that which projects itself in time and space with the nomenclatures with which the forms that configured public space were made. Its spatialization, the destination of specific functions, the notorious usufruct throughout history, up to the contemporary acknowledgment as networks of open spaces, systems of free circulation spaces in the structure of the city, would constitute manifestation types that give form to cities: the being, active or passive, the displacements, spontaneous or compulsory, of people on foot or in vehicles, the leisure, the human practices in the open spaces, etc. Conditions that enable the recognition of the urban public space as a place for learning tolerance, an essential sphere of cohabitation and respect for others, even if through the succession of various disagreements and clashes. **Keywords:** public sphere; public space; urban space; city.

UMA ESFERA DENOMINADA PÚBLICA

Salir de casa siempre es iniciar una aventura en la que puede producirse un encuentro inesperado, una escena insólita, una experiencia inolvidable, una revelación imprevista, el hallazgo de un objeto prodigioso².

(DELGADO, 2008)

Correntemente se tem denominado “público” o espaço, o evento ou a circunstância em que se materializam condições de representação social em meio físico acessível à livre circulação e ao uso, individual ou coletivo, por princípio, de maneira equânime entre a diversidade de pessoas que constituem uma sociedade. Tratando-se de espaço público, ele nem sequer precisa estar plenamente liberado à frequência social; pode simplesmente abrigar instituições do Estado, aquelas que legitimam esferas do poder constituídas para, retoricamente, tratar das coisas do interesse geral da sociedade e da promoção do bem comum ao conjunto de cidadãos, cuja concepção se

² Uma breve volta nos arredores de grandes centros urbanos bastaria para atestar uma extraordinária reviravolta trazida ao ano de 2020: a mobilidade planetária de um agente patogênico determina o pronto esvaziamento dos perímetros comuns aos indivíduos que, etimologicamente e de saída, anunciam-se indivisíveis ou nunca separáveis em entidades autônomas, diante das consequências trágicas animadas pela perambulação do novo coronavírus.

constitui como um dispositivo burguês para o qual, diz Habermas (1984), o Estado e o poder público se fundam.

Essa categoria, frequentemente carregada de abstrações, encontra seus maiores subentendidos no senso comum. Nela se afirma um debate sobre o Estado de bem-estar social e o papel do Estado de prover a vida e o patrimônio públicos. Portanto, são diversas as noções que têm sido atribuídas ao termo “público”, e elas remetem a concepções por vezes bastante voláteis, que, quando muito, tangenciam a multiplicidade de significados que podem incorrer em empregos inespecíficos da palavra.

Ao associar a palavra ao espaço físico é igualmente notável uma variabilidade que decerto justifica a imprecisão do emprego no cotidiano. É uma compreensão que requisita ser assentada sobre uma base conceitual que dê alicerce a uma investigação científica que a tome como temática central.

Ao recorrer à etimologia da palavra público, ela é vista relacionada ao vocábulo povo – do latim *publicus*, derivada de *popiclus*, relacionada a *populus*: povo (CUNHA, 2007, p. 695) –, o que contribui ainda mais para considerar as dificuldades analíticas específicas de seu objeto e as complexas referências com que a expressão se tem notabilizado nas ciências humanas e se singularizado para o senso comum, mesmo em cenários de diferentes culturas nas diversas camadas do tempo e no espaço.

Tomando Habermas como ponto de partida para explorar seu sentido neste estudo, o autor apresenta o conceito com o reconhecimento de uma complexidade a ele inerente, assinalando a necessária convergência de olhares de múltiplas disciplinas para chegar-se à sua adequada aplicação, face ao risco de diluição do objeto tratado “dentro dos limites de cada uma das disciplinas sociológicas tomadas isoladamente” (HABERMAS, 1984, p. 9). Para considerar a categoria com suportes consistentes, o autor diz que é:

[...] evidente a problemática resultante da integração de aspectos sociológicos e econômicos, jurídicos e politológicos, da história social e da história das ideias: no atual estágio³ de diferenciação e especialização das Ciências Sociais, dificilmente alguém há de poder “dominar” várias dessas disciplinas, muito menos todas elas. (HABERMAS, 1984, p. 9).

³ 1962.

O título do livro de Habermas (1984) deixa entrever o imperativo com que o autor elucida as noções de ideia e de ideologia subjacentes à constituição da gênese da esfera pública, cujo marco histórico se situa com a emergência da burguesia no curso do processo civilizatório. O autor buscou clarear o termo não somente demarcando uma cronologia de sua configuração, mas observando a repercussão no espaço, no qual não se consolidaria se desconsiderado, e sendo a posse de uma propriedade o *status* de pertinência a um lugar em que se configura a sua manifestação primária.

Em busca de um arremate conceitual, Habermas contrapõe o termo à sua negativa – aquilo que não se pode chamar de público –, constituindo o privado como o recurso analítico no âmbito espacial por meio do qual então se distingue uma relação com um público:

A esfera pública burguesa pode ser inicialmente entendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. (HABERMAS, 1984, p. 42).

Ou seja, trata-se de uma esfera pública com autonomia privada, de direito privado e liberal, que Habermas proclamou como contraditória face à institucionalização de uma esfera pública em um Estado de Direito burguês, o que implica dizer: para a proteção do interesse e em defesa do patrimônio privado. Uma entidade apenas supostamente “neutra”, capaz de balizar conflitos subjacentes ao mercado, conduzindo-os a um entendimento por meio de parâmetros regulados previamente e acordados entre os próprios entes privados.

É pertinente assim identificar que estruturas civis deram esteio à concretização de uma esfera pública e lastro suficiente à burguesia quanto ao atrelamento a uma privacidade ligada ao público, consolidada em meio à própria sociedade civil.

A gênese da concepção pública burguesa, portanto, parte de uma convenção instituída por meio do interesse da classe, representada socialmente pela família, em formalizar uma entidade à qual ela delegava, simuladamente, um poder público para efeito das demandas contratuais intrínsecas à proteção de seus negócios em seu próprio meio: as trocas mercantis, a instituição de valores de troca e o contrato de trabalho para

regular a liberdade privada na prática da concorrência no mercado. Com as palavras do próprio autor:

De acordo com a concepção que a sociedade burguesa tem de si mesma, o sistema da livre-concorrência pode regular a si mesmo; sim, mas com o pressuposto de que nenhuma instância extra-econômica intervenha no processo de trocas é que ele promete funcionar no sentido do bem-estar de todos e respeitar uma justiça de acordo com o critério da eficiência individual. Tal sociedade determinada apenas pelas leis do mercado livre se apresenta não só como uma esfera livre de dominação, mas sobretudo como sendo livre de poder; o poderio econômico de qualquer proprietário de mercadorias é concebido dentro de uma escala em que ele não pode ter nenhuma influência sobre o mecanismo dos preços e, em decorrência disso, jamais pode tornar-se efetivo como poder sobre outros donos de mercadorias. (HABERMAS, 1984, p. 38).

Segundo a visão habermasiana, a cristalização do entendimento comum sobre a função atribuída à esfera pública, em meio à própria burguesia, requisitou da “opinião pública” a reverberação necessária para legitimar a regulação do livre mercado perante o conjunto dos estamentos sociais, a sociedade como um todo, a partir do significado articulado no final do século 18 com a proposição clássica do ideário do liberalismo⁴.

Desponta a expansão das relações econômicas de mercado, a esfera do “social” implodindo os limites da dominação, concebendo formas específicas de autoridade administrativa:

À medida que é intermediada pelo sistema de trocas, a produção liberta-se de competências da autoridade pública – e, por outro lado, a administração descarrega-se de trabalhos produtivos. O poder público concentrado nos Estados nacionais e territoriais eleva-se acima de uma sociedade privatizada [...]. Tal esfera privada só evolui para uma esfera de autonomia privada à medida que se emancipa da regulamentação mercantilista. [...] o crescente intervencionismo estatal, delineado desde o último quartel do século 19, já não leva, portanto, por si a uma interpenetração da esfera pública com o setor privado: transcendendo a separação vigente entre Estado e sociedade, uma política intervencionista – que foi chamada de neomercantilista – poderia limitar a autonomia das pessoas privadas, sem tocar, no entanto, no caráter privado de seu intercâmbio enquanto tal. Como esfera privada, a sociedade só é colocada em questão quando as próprias forças sociais conquistam competências de autoridade pública. (HABERMAS, 1984, p. 169)

Como tipo dominante de organização do trabalho social, frente à separação privado/público, conformava-se socialmente uma “neutralidade” quanto ao papel

⁴ Qualidade ou caráter do que é liberal, do que se funda na ou do que segue a doutrina do liberalismo.

exercido pela grande empresa com relação ao seu reduto de empregados que engendrou formas que se rebateram sobre a organização urbana:

As empresas industriais constroem moradias ou até ajudam o empregado para que consiga uma casa, formam parques públicos, constroem escolas, igrejas e bibliotecas, organizam concertos e sessões de teatro, mantêm cursos de aperfeiçoamento, proveem em prol de anciãos, viúvas e órfãos [...] uma série de funções que, originalmente, eram preenchidas por instituições públicas não só no sentido jurídico, mas também no sentido sociológico, passam a ser assumidas por organizações cuja atividade não é pública... O *oikos*⁵ de uma grande empresa determina assim a vida de uma cidade... (HABERMAS, 1984, p. 183).

A esfera pública burguesa buscou a sua legitimação social por meio da polarização “esfera social” e “esfera íntima”, manifestada no campo das tensões entre Estado e sociedade a tal ponto que repercutiu na distinção entre ambas, implicando o desmantelamento dos momentos de reprodução social e de poder político, configurados conforme os tipos e as formas de dominação na Idade Média avançada. Como a cidade...

[...] não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa; em antítese política e cultural à ‘corte’, ela caracteriza, antes de mais nada, uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos *coffee-houses*, nos *salons* e nas comunidades de comensais. (HABERMAS, 1984, p. 45).

O autor realça o quão radical é a mudança que se opera sob a égide de um estatuto público em oposição ao uso do espaço interno (o privado), aquele que consagrou a evolução histórica da cidade, desde os primórdios, como o meio físico comum para as trocas civis, para os deslocamentos humanos e para estar em espaço aberto em meio a outros indivíduos ou grupos sociais.

A esfera pública burguesa buscou a sua legitimação social através da polarização radical “esfera social” e “esfera íntima”, contudo manifestada no campo das tensões entre Estado e Sociedade a um ponto que repercutiu na estrita distinção entre ambas e implicou o desmantelamento dos momentos de reprodução social e de poder político configurados conforme a tipologia de suas formas de dominação na Idade Média avançada. (HABERMAS, 1984, p. 169).

⁵ Categorias originariamente desenvolvidas nas cidades-estado gregas. A esfera da *pólis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idia*). A vida pública, *bios politikos*, não é, no entanto, restrita a um local: o caráter público constitui-se na conversação (*lexis*), que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de práxis comunitária (*práxis*), seja na guerra, seja nos jogos guerreiros. (op. cit.)

Suas ideias quanto à mudança da estrutura da esfera pública e de sua função política perpassam um debate em torno da interpenetração da esfera pública com o setor privado e a gradativa decadência da esfera pública burguesa que se sucedeu com a subversão do princípio da “publicidade” em luta pela transformação socioestatal do Estado liberal de Direito em um Estado de Bem-Estar Social. Trata-se de uma “refeudalização” da esfera pública, com o enfraquecimento da sociabilidade burguesa de modo a fundamentar a noção de público diante da sua repercussão sobre a presença comunitária submetida a uma “vida de guarnição”, que vitimiza o próprio raciocínio público.

A forma de discussão da sociabilidade cai sobre o fetiche de uma presença comunitária entre si: “A gente não se satisfaz mais com a reflexão solitária e egocêntrica” – a leitura privada era sempre o pressuposto do raciocínio no círculo público burguês -, “mas fazendo coisas com outras pessoas; até mesmo olhar em conjunto programas de televisão ajuda a fazer com que se seja um homem certo”. (HABERMAS, 1984, p. 228).

Ao longo dos séculos seguintes, vários autores se debruçaram sobre a tese habermasiana para reconhecer que o conceito de espaço público fora originalmente proposto por ele, mesmo quando as referências ao trabalho do autor não focam a atenção sobre o objeto em questão; quando se interessam em remarcar, quando muito, que o espaço público não seria abordado como conceito, senão tardia e, simultaneamente, quando se referem a noções anteriormente existentes como urbanidade, vazío industrial, projeto urbano, desenvolvimento durável, entre outros.

No centro do funcionamento democrático, Habermas definiu o espaço público como o lugar do discurso político, como esfera intermediária que se constituiu historicamente nos séculos 18 e 19 entre a sociedade civil e o Estado. Com as palavras de Santos Filho:

[...] trata-se de um lugar acessível a todos os cidadãos, onde um público se reúne para formular uma opinião pública, produzindo o intercâmbio discursivo de posições racionais sobre problemas de interesse geral, o que permite a construção de um consenso e de uma opinião pública. (SANTOS FILHO, 2004, p. 2).

Enquanto Habermas proclama o espaço público como o lugar da ação pela comunicação, do domínio histórico do contraponto dialético da liberdade da razão, para

Arendt (1995) o espaço político é o lugar da ação e da decisão, considerando que a política trata da convivência entre diferentes. As pessoas se organizam politicamente em torno de um senso comum. Portanto, trata-se do lugar da ação política, da expressão de modos de subjetivação. Assim, a socióloga propõe a distinção entre as esferas pública e privada por meio da análise da condição humana. Nesse sentido, elenca três esferas de atuação: no labor, no trabalho e na ação em uma perspectiva política, como esfera dos negócios humanos:

Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bio politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*). Não se tratava de mera opinião ou teoria de Aristóteles, mas de simples fato histórico, que precedera a fundação da *polis*: a destruição de todas as unidades organizadas à base do parentesco, tais como a *phratría* e a *phile*. De todas as atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituintes do que Aristóteles chamava de *bios politikos*: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*), dos quais surge a esfera dos negócios humanos (*taton anthropon pragmata*, como chamava Platão), que exclui estritamente tudo o que seja apenas necessário ou útil. (ARENDR, 1995, p. 34-35).

A compreensão do espaço público da cidade é atravessada por interfaces entre os conceitos de esfera pública (da qual capta a condição de ativo) e de espaço urbano (impregnado da condição territorial).

Uma das problemáticas sociais da cidade moderna não consiste tanto no fato de ela ter perdido marcos essenciais da vida urbana, mas na correlação entre esfera pública e esfera privada que Habermas acentua como “perturbada”. O autor utiliza a expressão por compreender que ela não está perturbada porque o metropolitano é *per se* homem de massa e, por isso, não tem mais senso para o cultivo da esfera privada, mas porque não lhe é mais possível ter uma visão global da vida da cidade, cada vez mais complicada, de um modo tal que ela lhe seja pública.

Quanto mais a cidade como um todo se transforma numa selva dificilmente penetrável, tanto mais ele [a pessoa metropolitana] se recolhe à sua esfera privada, que passa a ser levada cada vez mais avante, mas que finalmente vem a sentir que a esfera pública urbana se decompõe, não por último porque o espaço público se perverteu no sentido de uma superfície mal-ordenada de um trânsito tirânico. (HABERMAS, 1984, p. 189).

Uma vez reduzida a esfera pública aos círculos internos de uma família *strictu sensu*, em grande parte despida de funções e enfraquecida em sua autoridade [...] só na aparência é que há uma perfeição da intimidade, pois à medida que as pessoas privadas abandonam os seus papéis obrigatórios de proprietários e se recolhem ao espaço livre de obrigações do tempo de lazer, acabam caindo imediatamente sob a influência de instâncias semi-públicas [*sic*], sem a proteção de um espaço familiar intrínseco institucionalmente garantido. (HABERMAS, 1984, p. 189).

O comportamento durante o tempo de lazer é a chave para a “privacidade sob holofotes” das novas esferas, para a desinteriorização da interioridade declarada. O que hoje se delimita como setor do tempo de lazer ante uma esfera autonomizada da profissão assume tendencialmente o espaço daquela esfera pública literária que outrora era a referência da subjetividade formada na esfera íntima da família burguesa. (HABERMAS, 1984, p. 188-189).

Retomando à especificidade da terminologia, o intuito é chegar à emergência da esfera pública quando da transferência da esfera privada do *status* dos cafés ao território público. Diversos pesquisadores recorrem à expressão como aquela que se projeta no tempo e no espaço com as nomenclaturas com que se fizeram as formas que configuraram o espaço público. Sua espacialização, a destinação a funções específicas, os usufrutos notórios na história até o reconhecimento contemporâneo como redes de espaços abertos, sistemas de espaços livres de plena circulação na estrutura da cidade⁶, constituiriam tipos de manifestação da forma das cidades: o estar, ativo ou passivo, os deslocamentos, espontâneo ou compulsório, de pessoas a pé ou em veículos, o lazer, as práticas humanas nos espaços abertos etc.

Habermas contextualiza a função da arquitetura ao aludir que:

Não só onde a arquitetura urbana moderna vai ao encontro dessa evolução, mas também onde a arquitetura existente é igualmente banhada por ela é possível observar a mesma destruição da relação entre esfera privada e esfera pública. [...] antigamente, com a frente das casas para a rua, com jardins e pátios divididos na parte de trás, possibilitava-se uma divisão adequada da moradia no plano interno bem como uma ordenação racional da cidade como um todo. Hoje [1962], com a mudança de função técnica no trânsito das ruas e praças, ela já está superada. Ela não assegura uma esfera privada espacialmente garantida nem arranja espaço livre para os contatos e as comunicações públicas que poderiam levar e elevar as pessoas privadas a um público. (HABERMAS, 1984, p. 188).

⁶ A demanda social por pleno acesso aos direitos humanos e à cidadania tem levado estudiosos, em todo o mundo, ao aprimoramento de conceitos que exploram a categoria da acessibilidade, regida formalmente no Brasil pela evolução do tratamento do direito na NBR 9050. O conceito do Desenho Universal a que aqui se reporta está baseado na concepção do livro: CAMBIAGHI, Silvana, *Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

Como lugar da sociabilidade, de encontros e de práticas cotidianas, o espaço público é *locus* de conflitos. A tensão do dia a dia é propriedade intrínseca à natureza humana que se pronuncia em exercícios de urbanidade. Portanto, trata-se do *locus* de expressão e confrontação de interesses, onde habitantes e/ou usuários aprendem a aceitar e, por oposição, a encarar as diferenças que os separam.

São condições que habilitam o reconhecimento do espaço público urbano como lugar de aprendizagem da tolerância, esfera essencial da coabitação e do respeito perante o outro, ainda que pela sucessão de desafinações e embates diversos. Se há de haver um lugar capaz de proporcionar exercícios de civilidade, trata-se do lugar, por excelência, de construção de uma urbanidade promissora face a uma humanidade factível. Um espaço em que práticas sociais podem ser instituídas caracterizando uma dimensão propriamente política dos espaços públicos na estrutura da vida cotidiana, como conceitua Heller: “A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente, ser particular e ser genérico*” (HELLER, 1985, p. 20). O que esclarece sobre essa particularidade e essa generalidade inerentes à pessoa humana, dizendo respeito, no primeiro caso,

[...] às necessidades humanas que se tornam conscientes, no indivíduo, sob a forma de necessidades do Eu. O “Eu” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “Eu” nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “Eu”. (HELLER, 1985, p. 20).

Já o conhecimento do mundo, diz a autora, “[...] e toda pergunta acerca do mundo motivados diretamente por esse ‘Eu’ único, por suas necessidades e paixões, é uma questão de particularidade individual. ‘Por que vivo?’, ‘O que devo esperar do todo?’ – são perguntas desse tipo”. (HELLER, 1985, p. 20-21)

O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade. A partir de tais circunstâncias, “o próprio indivíduo, o qual – já enquanto indivíduo – dispõe de um certo âmbito de movimento no qual pode escolher sua própria comunidade e seu próprio modo de vida no interior das possibilidades dadas”. (HELLER, 1985, p. 22).

Mas também o genérico está contido em toda pessoa e, mais precisamente,

[...] em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós”. (HELLER, 1985, p. 21).

Na visão de Arendt (1995), um espaço urbano somente constitui um espaço público quando nele se conjugam determinadas configurações espaciais e um conjunto de ações; quando as ações atribuem sentidos de lugar a espaços urbanos e essas espacialidades repercutem reciprocamente na construção de sentidos para as ações. Corroborando o pensamento da autora, pergunta Delgado (2008): “¿Cómo definir esse espacio público que constituye lo urbano de la ciudad?”

El espacio público, el lugar por definición de lo urbano, puede ser entonces contemplado como el de la proliferación y el entrecruzamiento de relatos que, por lo demás, no pueden ser más que fragmentos de relatos, relatos permanentemente interrumpidos y retomados en otro sitio, por otros interlocutores. Ámbito de los pasajes, de los tránsitos, justamente por el cual reconoce como su máximo valor el de la accesibilidad. [...]. El espacio público, abandonado a sus propios principios, es la negación absoluta de la utopía, apoteosis que quisiese ser de lo orgánico, de lo significativo, de lo sedimentado, lo cristalizado o lo estratificado. (DELGADO, 2008, p. 190).

Assim, os espaços urbanos constituídos em espaços públicos se convertem, se desconvertem, conforme o jogo da estrutura social, condição que caracteriza a natureza de sua essência inegavelmente conflitiva pela diferença. São locais onde a diversidade ideológica se proclama e se confronta publicamente pela ação e pela opinião.

UM ESPAÇO PÚBLICO E URBANO

Pasear por las calles, atravesar cualquier plaza, transcurrir por el corredor del metro, subir o bajar las escaleras de tu propia casa o de la casa de otros es pasear, atravesar, transcurrir, subir o bajar uno o varios imaginarios, el propio y el de todos los otros que dejaron o dejarán allí o por allí sus huellas.
(DELGADO, 2011).

Ao levar em conta as falas que atravessam rotineiramente o cotidiano, as relações humanas parecem estar desaparecendo dos espaços públicos. Das conversas banais aos noticiários televisivos, dos jornais impressos aos blogs que povoam os mundos real e

virtual, essa percepção atravessa a existência contemporânea, com frequência moldando, deformando, transformando o olhar que se projeta sobre viver na cidade hoje. É possível que a compreensão esteja relacionada à guinada que revoluciona a vida nas cidades, à medida que redes de comunicação afirmam a sua hegemonia mundial, provocando novas interações humanas – inusitadas maneiras de conviver e de se relacionar com o outro.

Em contínua mutação, as configurações do mercado global vêm sendo objeto de investigação de diversos autores desde o último quartel do século 20. Seus pontos de vista têm convergido quanto ao impacto sobre a vida na cidade decorrente do poder de redes de tecnologia que conectam o globo terrestre e possibilitam a atração, a promoção e a ampliação das trocas comerciais e a uniformização dos padrões de consumo, culturas e modos de vida. Entre outros, são referenciais importantes Santos (1980), Harvey (1993), Sennett (1995), Choay (2001) e Mongin (2009). As palavras de Choay (2001) ilustram:

[...] o transporte ultra-rápido e a quase instantaneidade das telecomunicações permitem-nos, cada vez mais, escapar às limitações tradicionais de lugar, de pertença ao espaço terrestre: funcionalmente, munindo-nos de uma mobilidade que nega a distância e permite-nos exercer uma atividade ubiqüitária, assim como optar pelo teletrabalho; sensorialmente e socialmente, interconectando nossa experimentação corporal do mundo físico e esse contato direto com outros homens [...]. (CHOAY, 2008, p. 242).

Desde que a humanidade superou o nomadismo, tipos diversos de pousos originaram as primeiras formas de aglomeração que se faziam em torno da troca de produções de subsistência para o suprimento das necessidades vitais. Estações que fundiam e integravam culturas que difundiam modos de vida distintos. O incremento de tais trocas fomentou os ritos que firmaram aldeias, vilas e posteriormente cidades, realçando o território como o *locus* fundante do processo civilizatório.

Jamais, pode-se dizer, a humanidade prescindiu da terra para seu abrigo, das instalações para a produção de subsistência, posteriormente de estoque e das trocas que sucederam esse primeiro modo de produção. Os deslocamentos provenientes dos percursos entre uma e outra acomodação funcional garantiram a esses espaços de transição possibilidades de arranjos territoriais a céu aberto, que pouco a pouco promoveram a atração e o fluxo de pessoas de diferentes origens, não mais apenas

interessadas em somente deslocar-se para o cumprimento das funções de troca. Arranjos que fundaram organizações em espaços livres para exercícios de convivência, de observação e de contemplação do outro.

Os espaços para se estar e permanecer para atividades desobrigadas das funções convencionais que lhes precederam caracterizaram progressivamente tipos diversos de acomodação entre os espaços de transição, entre um dentro e um fora, em conformidade com os interesses em um modo de vida culturalmente estabelecido pelas populações.

Desde então, a organização humana no espaço atraiu a atenção de estudiosos, constituindo-se objeto de elucubração acerca das relações de adequação espacial à vida da pessoa humana, conquistando atenções acerca de modelos ideais que se sucederam em especulações formais a cada passo ou ciclo histórico concebidos *pari passu* ao desenvolvimento da ciência, dos recursos tecnológicos, do abrigo essencial às atividades, da comunicação e dos meios de deslocamento (CHOAY, 1996), que alimentaram a progressão do saber.

Em constante mutação, as atividades desenvolvidas a céu aberto não prescindiram da mediação da dupla função: circular e parar, para estar e para seguir, caracterizando a circulação em volta de espaços ora fechados e reclusos ao espaço aberto, ora em espaços abertos, mas delimitados para o exercício das atividades de troca, um meio de intercâmbio de socialização e cultura.

O despertar progressivo para a condição de estar-se fora e desobrigado de qualquer atividade preestabelecida acompanha o transcurso da humanidade e gera espaços propícios ao nada fazer, à alternativa do livre fazer que o tempo desobrigado foi capaz de ofertar: conviver, conversar, contemplar, jogar, representar ou brincar, cuja evolução caminhou lado a lado com os desenvolvimentos socioeconômico e cultural. O espaço livre a céu aberto possibilitou diversas configurações em atenção a inúmeras atividades de diferentes grupos culturais no longo caminhar da espécie humana.

Essas formações pouco a pouco abrigaram o que, no futuro, viria a constituir-se e ser reconhecido como espaço público, conforme se buscou esboçar na seção anterior. Considerando o que passou a constituir o calendário da era pós-cristã, que abrange até os dias atuais, mais de dois milênios anos perfazem uma transição que decorreu de um vasto processo civilizatório (ELIAS, 1994), que resguardou nos fatos históricos, artísticos e culturais um arsenal de realizações humanas no tempo e no espaço. De modo

que da origem dos tempos mais remotos provieram as configurações espaciais que possibilitaram gradativamente as alterações de seus primeiros usos aos usos contemporâneos. Um processo que, ainda que por vezes propulsionado por movimentos de retaguardas, carregou as transformações da vida humana cuja evolução se fez mediante a capacidade de criar recursos para atender às próprias necessidades, percorrendo rituais próprios do modo de produção de cada época.

O apogeu do modo de fazer industrial, cujo processo começou a anunciar-se em torno das conquistas do século 16 e estendeu-se ao 20, foi ungido de descobertas científicas e tecnológicas que revolucionaram a produção de mercadorias de bens e de serviços, os transportes e as comunicações à distância. A modernidade estabeleceu, paulatinamente, formas de organização da cidade industrial, promovendo forte atração populacional sobre habitantes do campo e gerando aglomerações territoriais jamais vistas, imprevisíveis e incontroláveis, em seu auge, demonstrando a sua inaptidão para abrigar os grandes contingentes populacionais atraídos pela indústria. Inúmeros problemas se colocaram para a vida urbana, em razão do alto grau de insalubridade, ocasionando epidemias e mortes em massa. Da brutal desordem física e da insuficiência de habitação, a atenção dos primeiros estudiosos, despertados pela gravidade dos acontecimentos, voltou-se sobretudo às questões da mortandade provocada por níveis incontroláveis de sujeira da cidade moderna e às utopias urbanísticas, sobre as quais Choay (1979) organizou uma antologia.

A emergência da cidade moderna e a atenção de especialistas terminou por proporcionar intenso debate acerca da vida na cidade, a adaptação humana às condições oferecidas pelo modo de produção capitalista. Polêmicas demarcaram visões sobre a forma ideal da cidade de modo a cumprir as funções para as quais se originou com uma atribuição inusitada a erradicar os problemas e formular soluções através da forma da cidade.

Desde a segunda metade do século 19, a morfologia primária da cidade vem se modificando diante da formação de periferias. Nessa lógica urbana, o espaço privado em processo de valorização e as casas individuais consideradas como os elementos fundamentais dessa mudança, em que a rua cada vez mais consagra a sua função de percurso e o muro que contorna a casa a situa, definitivamente, longe do espaço público. Essas transformações alteram completamente a morfologia da cidade tradicional e a

periferia representa, entre outros, o problema da ruptura das estruturas urbanas passadas, assim como elemento introdutor das mutações espaciais determinadas pela cidade moderna.

A intensificação desordenada da ocupação do solo urbano, e os problemas dela decorrentes, demandou necessidades contínuas para a ciência e a tecnologia. O urbanismo moderno, empenhado em refutar a estrutura urbana tradicional, denunciava a cidade industrial por não responder às novas exigências organizacionais, estreado diversas especulações formais. A forma da cidade, que se impõe frequentemente, assimilou um zoneamento funcional rígido, enquanto seus elementos morfológicos, como a rua e mesmo a praça, foram substituídos pelas novas tipologias de construção, as torres, os blocos de edifícios e os espaços públicos intersticiais em um período de tempo que se estendeu até a Segunda Guerra, cuja sólida herança construtiva traz amostras aos dias de hoje.

O deficit habitacional caracterizou a segunda fase do urbanismo moderno, de profunda renovação urbana. Durante o período do pós-guerra, viu-se quarteirões, centros urbanos e até mesmo cidades inteiras serem completamente reconstruídas a custos e prazos que jamais encontraram equivalência na história da cidade. O automóvel, ícone da era moderna, obtinha primazia diante dos problemas da indústria preocupada com a circulação de mercadorias. O urbanismo moderno beneficiou-se da técnica operacional da construção de vias e edifícios, com rápida, econômica e larga escala, que representou as soluções que visavam superar os problemas urbanos da época. Blocos de construções dispunham o parcelamento do solo em função das necessidades higiênicas, priorizando o empreendimento de medidas de controle e erradicação da insalubridade e a superação dos traumas sociais causados pela guerra, enquanto ruas e vias eram construídas para o escoamento da produção e da moeda. No segundo pós-guerra, a modernidade emergiu com um novo paradigma para a renovação urbana, criticando o emprego excessivo de soluções urbanísticas que sobrevieram aos conflitos urbanos que alcançam a cidade contemporânea.

O processo progressivo de aprimoramento e sofisticação do modo de produção capitalista, pautado pela exploração da força de trabalho e posteriormente pelo projeto de supressão do trabalho, criou os primeiros sistemas automatizados que buscavam desempenhar tão bem ou melhor as atividades desenvolvidas por trabalhadores, cujos

movimentos preliminares deram início à desocupação de parte significativa da mão de obra ativa e, com ela, de populações urbanas gerando massas de desempregados urbanos.

Essas circunstâncias foram acirradas com a compatibilização com o modo de produção flexível (HARVEY, 1993) que impulsionava a desassociação do *locus* de representação do trabalho – a empresa – do *locus* de realização do trabalho, face ao sistema de terceirização da produção de bens e serviços, iniciando um processo de desconexão física que mais e mais aprimora-se no mundo do trabalho contemporâneo, consentânea com os avanços da tecnologia da informação. Um desenho sobretudo proveniente da evolução do sistema de comunicação instantânea à distância cada vez mais sofisticado.

Hoje, a extensão territorial dos grandes conglomerados urbanos desafia a economia de provisão da infraestrutura urbana e é contestada com a defesa da densificação do solo urbano ao passo que se consagra por meio do poder da comunicação à distância propagada pelo mercado global e a sofisticação das redes virtuais de comunicação.

A cada modo de produção, as repercussões sobre o espaço físico das cidades se propagavam com demandas novas. Problemas urbanos caracterizaram-se em decorrência das necessidades do sistema produtivo sobre a vida humana, inclusive o seu descarte, constituindo-se objeto de estudo para diversas categorias profissionais empenhadas em suas crenças de ajudar a resolver os problemas da cidade.

Nessa breve contextualização, situa-se que a existência do espaço aberto de uso público constituiu-se um elemento *sine qua non* da forma da cidade, integrante desde sempre de sua morfologia e, sem dúvida, um elemento fundador da vida urbana, mesmo submetido a movimentos oscilatórios de submersão e emersão que anunciam a pujança do espaço público na história da forma da cidade (BENÉVOLO, 1989).

A despeito do cada vez maior interesse de investigações teóricas e empíricas acerca da sobrevida do espaço público urbano e sobre a degradação de seu usufruto ou sobre estratégias e metodologias de intervenção, a delimitação da noção de espaço aberto e a valorização de sua presença no aparato urbano permanecem inesgotáveis face à larga sucessão de formações e deformações quanto ao reconhecimento de sua função ao longo do tempo, da sua existência no processo da história ocidental – configurações e

usos respectivos em espaços abertos – com as nomenclaturas com que se figurou, as distinções de seu tratamento formal, as funções e os usufrutos com que se notabilizou.

Hoje, os problemas urbanos confirmam e acirram os precedentes. Injustiça e exclusão social são seus recursos de afirmação enquanto explicitam cruamente as necessidades básicas de assistência por políticas de saúde e educação, habitação e transportes. Soluções são desenhadas e alternativas são formuladas por diversas iniciativas. São advogados o planejamento e o projeto urbano, ascendem as demandas por mobilidade e inclusão social, proclama-se a gestão democrática da cidade com participação popular, enquanto novas vias, em exercícios de resistência localizada, organizam-se em comunidades que buscam qualidade de vida longe das cidades, por meio de princípios solidários, a exemplo de hortas comunitárias, alimentação livre de agrotóxicos, construção de ecovilas etc.

Em defesa da necessidade de promover estilos de vida mais saudáveis, trata-se de movimentos locais de resistência que já recorrem à estrutura de mão dupla ofertada pela rede de comunicação. Organizadas em comunidades, reagem à desatenção a uma reclamada necessidade de novas metodologias de intervenção na cidade. Segmentos sociais, interessados no encontro de perspectivas para a vida na cidade, argumentam a necessidade de novos arranjos territoriais que promovam a urbanização compacta, usos mistos, a priorização da circulação de pedestres e bicicletas frente à supremacia do automóvel, o favorecimento de áreas com possibilidade de reurbanização, revalorizando tecidos urbanos antigos e centrais, onde predominantemente reside a maior e melhor infraestrutura urbana consolidada (e subutilizada), e conservação dos recursos naturais e respeito ao ambiente com a reintegração humana à natureza.

Isso leva à formação de um aparato urbano com mais espaços para a permanência e a constituição de estruturas de deslocamentos mais saudáveis, como calçadas mais generosas, ciclovias e vias para o transporte coletivo conectando espaços livres para facultar a disposição à circulação e ao acesso.

Proclamados como lugares inseguros para se estar, as ruas, as praças e os parques restam sem manutenção como alternativa àqueles sem poder de opção, o que decerto esclarece o seu abandono pelas políticas públicas. Diante da falta de perspectivas por parte do setor público, muitos estudiosos empenham-se em apontar saídas para a qualificação da vida nos espaços livres das cidades.

A partir de cenários como este, busca-se reconhecer onde reside a grandeza da função do espaço público para a vida nas cidades. Denunciado como morto por várias partes, ainda em períodos anteriores à pandemia da COVID-19, repercute sobre a vida social o padecimento de seu usufruto, para o qual se formulam as alternativas de lazer em espaços seguros, em ambientes reclusos e exclusivos, mediados pelo poder individual de consumo.

A arquitetura consagrou o uso do termo forma urbana como meio de descrever a estrutura espacial da cidade. Tal descrição tem como ponto de partida o estudo morfológico dos elementos arquitetônicos que, articulados entre si, compõem a paisagem urbana (LAMAS, 2000). Os significados da forma urbana não estão, entretanto, disponíveis como dados da realidade física das cidades, ao contrário, são construídos (mas também desconstruídos e reconstruídos) por olhares culturalmente determinados. E existem muitas maneiras de “ver” a cidade. Não somos meros observadores do fenômeno urbano, mas parte dele. Sujeito e objeto aparecem mutuamente implicados, uma vez que as representações simbólicas derivadas da forma da cidade englobam (e explicam) também o observador.

Imprevisíveis e intercambiáveis, os significados emprestados às formas são também mutantes ao longo da vida dos indivíduos. Constrói-se aquilo que se chama de imagem ou representação da cidade a partir de uma série de fragmentos selecionados (voluntária e/ou involuntariamente), envolvendo fatores subjetivos como, por exemplo, lembranças individuais e a familiaridade estabelecida com determinados lugares. Como objetos da cultura, os elementos arquitetônicos apresentam, simultaneamente, uma realidade material e uma realidade simbólica. As modalidades de representação subjetiva, de que são capazes produtores e usuários de um determinado objeto urbano, e bem cultural, por sua vez, dependeriam de sua posterior formalização em novos suportes, condição imprescindível para fazê-las interagir socialmente.

Não se trata, portanto, de uma discussão acerca de um modelo a ser copiado, mas de um conjunto coeso de princípios ou regras elementares, estabilizados por meio de processos de longa duração, que antecedem e informam as escolhas formais com que se revestem os objetos arquitetônicos.

Naturais ou fabricados, os objetos existem como coisas no mundo físico. São dotados de materialidade, contornos, cores, volume, extensão. Como coisas, apresentam

uma presença e uma inércia formal. Existem fora da consciência e são por ela visadas por meio da percepção. O percebido não é senão a sua imagem, facultada pela aparência da coisa e produzida pela consciência. Apreender o real significa, necessariamente, convertê-lo em imagem.

Somos contemporâneos de um tempo em que muito aumentou a margem de escolha pessoal dos indivíduos. Pesam sobre eles muito menos, hoje, as tradições que costumavam reger e ditar a biografia de cada um. A sociedade já não se apresenta como um dado, no qual os indivíduos se devam encaixar, atendendo a perfis pré-estabelecidos. Existe a possibilidade de construção de um percurso individual, no qual os padrões e modelos tradicionais são substituídos por escolhas pessoais, reinterpretações e inovações.

A forma urbana não se reduz à materialidade do espaço construído. A forma consiste no resultado da operação que, dotando a matéria de contornos definidos e mensuráveis, produz objetos portadores de uma intencionalidade reconhecível, seja de ordem prática, seja de ordem estética. A forma torna a materialidade operacional e comunicante. Formalizados, os objetos tornam-se virtualmente aptos para o desempenho das funções a eles destinadas ou atribuídas. Para que os objetos funcionem não basta, no entanto, que eles estejam formalmente aptos. É necessário que sobre eles incidam as ações. São, portanto, as ações que se encarregam de atualizar os objetos, realizando, através das formas, as funções. O ajuste entre a ação incidente e o objeto agido implica um duplo movimento: a forma predispõe o objeto para a ação, que, por sua vez, deve submeter-se também à forma existente.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Antônio (Org.). *A dignidade da política: ensaios e conferências* / Hanna Arendt. Tradução de Helena Martins e outros. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

ARANTES, Otilia (Org.); VAINER Carlos (Org.); MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo; posfácio: Celso Lafer. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2004.

AYMONINO, Carlo. *El significado de las ciudades*. Madri: Herman Blumes Ediciones, 1981.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução Antonio de Pádua Danesi; revisão da tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dent-zien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BERJMAN, Sonia. O espaço verde público. Modelos materializados em Buenos Aires - parte 1. São Paulo: *Vitruvius: Arqutextos*, jan. 2001. nº Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/01.008/935/pt>>. Acesso em: nov. 2004.

BRAGA, Flavia (Org.); TERRA, Carlos (Org.). *Avesso da paisagem: ruptura, desordem e risco no ambiente urbano*. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.

BRAND, Peter C. La Construcción ambiental del bienestar urbano. Caso de Medellín, Colômbia. *Economia, Sociedade y Territorio*, vol. III, nº 9, p. 01-24, 2001.

BRANDÃO, Carlos A. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: UNICAMP, caps. 1 e 5, 2007.

BRASIL. Decreto Legislativo no 186/2008. 05-10-1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, Emendas Constitucionais de Revisão nº 1-6/1994. 35ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Estatuto da cidade. Lei nº 10.257, 10-07-2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

CAMBIAGHI, Silvana. *Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Ed. SENAC, 2007.

CÁRRION, Fernando. *Espacio público: punto de partida para la alteridad*. Texto enviado ao Centro de Estudos em Conservação Integrada pelo autor. 2004.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

_____. *O Urbanismo: utopias e realidades – uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORBIN, Alain. *El perfume o el miasma – el olfato y lo imaginario social – siglos XVIII y XIX.* Segunda parte – Purificar el espacio público. P. 105-152, 1987.

COSTA, Xico. Imagem e experiência de apreensão da cidade. In: JACQUES, Paola B. (Org.); BRITTO, Fabiana D. (Org.); DRUMOND, Washigton (Org.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea.* Salvador: EdUFBA, 4v. Coleção PRONEM. p. 52-83, 2015.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* 3ª ed. 3ª impressão. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. Acesso em: mar. 2017.

DELGADO, Manuel. *El animal público.* 5ª ed. Barcelona: Ed. Anagrama, 2008.

_____. *El espacio público como ideología.* Madrid: Ed. Catarata, 2011.

DIEGUES. Antonio C. S. *O mito moderno da natureza intocada.* 3ª ed. São Paulo: Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras: USP, 2001.

DONNE, Marcella Delle. *Teorias sobre a cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1979.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos (1939). In: *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 11-60, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 19-50, 2000.

_____. Conclusão. In: *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 165-186, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber.* Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. As ciências humanas. In: *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.* 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 361-390, 1992.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP* nº 1, ago. 1992. p. 5-19. PDF disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=celso+furtado+revista+economia+e+sociedade.+o+subdesenvolvimento+revisitado&oq=celso+furtado+revista+economia+e+sociedade.+o+subdesenvolvimento+revisitado&aqs=chrome..69i57.26778j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. A superação do subdesenvolvimento. *Economia e Sociedade: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP* nº 1. Ago. 1992. v. 3. p. 37-42. PDF disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643216>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. Tradução Anita Di Marco. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIDDENS, Anthony. A teoria da estruturação, pesquisa empírica e crítica social. In: *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, p. 331-418, 1989.

GOMES, Paulo César da C. A condição urbana. In: *Ensaio de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.129-191, 2002.

GOTTDIENER, M. Paradigmas flutuantes: o debate sobre a teoria do espaço. In: *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 115-158, 1997.

GRENE, Ricardo. Pensar, dibujar, matar la ciudad: orden, planificación y competitividade em el urbanismo moderno. *Eure* vol. XXXI, Nº 94. Santiago de Chile, p. 77-95, dezembro de 2005.

HABERMAS, Juergen. *Arquitetura Moderna e pós-moderna*. Tradução Carlos E. J. Machado. Novos Estudos CEBRAP 18, p. 115-124. 1987.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Edward T. *A dimensão oculta*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1986.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013.

HAROCHE, Claudine. *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no ocidente*. Tradução: Jacy de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e M. Estela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

_____. *Espaços da esperança*. São Paulo: Loyola, 2006.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HILLMAN, James. *Cidade e Alma*. Tradução de Gustavo Barcellos e Lúcia Rosemberg. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HONORATO, Rossana. O direito público a espaços dignos: eleições municipais renovam expectativa de melhor gestão das cidades brasileiras. São Paulo: *Vitruvius, Arqutextos*, dez. 2012. Acessível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.149/4599>>.

_____. *Uma perspectiva humanizadora para a vida na cidade: espaço público e dignidade*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa: revisão de tradução Maria Estela Heider cavalheiro; revisão técnica: Cheila Aparecida Gomes Bailão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JESSOP, Robert. La ciudad empresarial: reinvencción de localidades, rediseño de la *governance* econômica o reestructuración de capital? In JESSOP, Robert. *Crisis del estado de bienestar – hacia una nueva teoria Del Estado y SUS consecuencias sociales*. Bogotá: Siglo Del Hombres Editores, 1999.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Rio de Janeiro: arquivo original, 2011.

LAMAS, José M. R. Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Edicions 62, 1969.

_____. Os movimentos do pensamento. In LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal / lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 90-130, 1995.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LENOIR, Remir. Objeto sociológico e problema social. In CHAMPAGNE, Patrick (Ed.); LENOIR, Remir (Ed.) *et al. Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Editora Vozes, p.59-106, 1998.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In ARANTES, Otilia (Org.); VAINER Carlos (Org.); MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p. 121-191, 2013.

_____. *Brasil, cidades*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Entrevista a Maria Serena Palieri. Tradução Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. *O lazer no planejamento urbano*. 2ª ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas. s.d.

MEDRANO, Leandro. O Brasil e as mega-cidades. Uma breve reflexão a partir do Second Mega-cities Internacional Conference, Guangzhou, China. São Paulo: *Vitruvius, Arqtextos*, jan. 2008. nº 08.092. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.092/176>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. Tradução de Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Tradução Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 140-177, 1984.

OFFE, Claus; RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de “estado capitalista” e sobre a pesquisa política de “orientação materialista”. In OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Tradução Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 122-137, 1984.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2000.

PALLASMAA, Juhani. *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos*. Tradução técnica Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PANERAI, Phillippe. A prática do urbanismo. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo UFBA, V. 1. nº 6. p. 66-73, jul-dez 1996.

_____. O retorno à cidade. O espaço público como desafio do projeto urbano. *Revista Projeto*. Nº 173. São Paulo: Proeditores, p. 78-82, abr. 1994.

POULANTZAS, Nicos. Introdução. In: POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Edições Graal / Paz e Terra, p. 9-45, 2000.

_____. O estado capitalista: o problema. In: *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, p. 119-137, 1977.

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. *As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças*. Lúcia Leitão (Org.). Recife: A secretaria, 2002.

RIKWERT, Joseph. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. Tradução Valter Lelis Siqueira. Revisão técnica Sylvia Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel – FAPESP, 1999.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Princípios bioclimáticos para o desenho urbano*. 2ª ed. São Paulo: Proeditores, 2000.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1977. 260

SAMPAIO, Antonio H. L. Cidade ideal, imaginação e realidade. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo UFBA, v. 1. n° 6. p. 54-65, jul-dez 1996.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. *Parque e Paisagem. Um olhar sobre o Recife*. Recife: Ed. UFPE, 2010.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife / Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1998.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980. 125.

_____. *O espaço do cidadão*. 7ª. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Ed. USP. 2012.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5ª. ed. 2ª reimpr. São Paulo: Ed. USP, 2009.

SANTOS FILHO, Raphael David. Espaço urbano contemporâneo: as recentes transformações no espaço público e suas conseqüentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano. São Paulo: Vitruvius: *Architextos*. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/519>>. 2004. Acesso em: 19 jan. 2017.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo J. L. *O espaço urbano*. 3ª ed. São Paulo: Ática, Série Princípios, 2003.

STEVENS, Quentin. *The ludic city: exploring the potential of public spaces*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2007. Master e-book.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZEVI, Bruno. *Saber ver arquitetura*. Tradução: Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.